



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Procuradoria Geral do Município - PGM
Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos – Núcleo I

PARECER JURÍDICO Nº 216, DE 27 DE JANEIRO DE 2026

Processo: nº 2026001954

Natureza: Contratação de show artístico para apresentação no evento “Carnamorrais 2026”

Interessado: Superintendência Municipal de Esporte e Lazer

I – RELATÓRIO

Esta Procuradoria Especializada em Assuntos Administrativos – Núcleo I recebeu expediente encaminhado pela Superintendência Municipal de Esporte e Lazer, por meio do qual se solicita manifestação acerca da possibilidade de contratação de 01 (um) show artístico, a ser realizada por intermédio de empresário exclusivo, com vistas à apresentação de artista reconhecido e consagrado pela opinião pública no evento “Carnamorrais 2026”.

A referida contratação tem por finalidade valorizar a programação cultural do evento, bem como proporcionar entretenimento de qualidade à população e ampliar a visibilidade institucional do Município, tudo conforme os autos administrativos de n.º 2026001954.

Analisadas as principais peças que compõe os autos, chegamos ao seguinte acervo documental:

Documento	Considerações
Autorização do ordenador de despesa	Consta nos autos.
Documento de Formalização de Demandas	N.º 011/2026
Despacho autorizando a contratação	Consta nos autos.
Declaração de não fracionamento de despesa	Consta nos autos.
Declaração de Compatibilidade Orçamentária	Consta nos autos.
Ato indicativo de Gestor e Fiscal do contrato	Consta nos autos.
Declaração Unificada	Consta nos autos.
Declaração de Existência de Previsão e Saldo Orçamentário	Consta nos autos.
Cotação Prévia da Requisição	Consta nos autos.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS

Procuradoria Geral do Município - PGM

Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos – Núcleo I

Requisição de Materiais e/ou Serviços	Consta nos autos.
Documento de Formalização de Demandas	N.º 011/2026
Proposta de Show	Consta nos autos.
Termo de Referência e correções	Consta nos autos.
Contrato de exclusividade	Consta nos autos.
Declaração Conjunta	Consta nos autos.
Declaração de inexistência de fatos impeditivos	Consta nos autos.
Declaração de idoneidade	Consta nos autos.
Declaração de que não emprega menor	Consta nos autos.
Certificado de Registro da Marca Declaração LGPD Balanço patrimonial Notas fiscais Portifólio	Consta nos autos.
Segunda Alteração contratual / consolidação CNPJ	Consta nos autos.
Minuta do contrato	Consta nos autos.

É o relatório.

II – MÉRITO

Prefacialmente, é preciso lembrar que esta manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, incumbe a este parecerista prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço de mercado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS

Procuradoria Geral do Município - PGM

Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos – Núcleo I

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção, caso necessário. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos, caso existam, será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Em regra, as contratações públicas devem ser precedidas da realização de certame licitatório, cumprindo ao administrador a escolha da avença que seja mais vantajosa ao interesse público, sem menosprezar o princípio da impessoalidade, que regula a participação dos licitantes, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República de 1988 e da Lei n.º 14.133/2021.

Como bem disserta o eminente professor Celso Antônio Bandeira de Mello, a licitação visa:

“proporcionar às entidades governamentais a possibilidade de realizarem o negócio mais vantajoso e assegurar aos administrados ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas administrativas entendem de realizar com os particulares”.

Odete Medauar destaca que:

“A Administração não pode contratar livremente, porque deve ser atendido o princípio da igualdade de todos para contratar com a Administração e a moralidade administrativa, sobretudo.”

Excepcionalmente, diante de situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizando à Administração a realizar contratação direta, sem licitação. Senão vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS

Procuradoria Geral do Município - PGM

Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos – Núcleo I

- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
 - e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
 - f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
 - g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
 - h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;
- IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
- V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

O inciso II do citado dispositivo dispõe ser inexigível a licitação para:

“contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”.

A justificativa da inexigibilidade na hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, supedâneo fático para a realização do procedimento licitatório.

No entanto, ainda nas hipóteses de inexigibilidade, o administrador público não está inteiramente livre para a contratação. É preciso a observância de determinados requisitos legais e constitucionais, tudo devidamente demonstrado no processo de inexigibilidade de licitação.

Assim, pela redação do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para a contratação de profissional do setor artístico é preciso:

- I) contrato firmado pelo próprio contratado ou por meio de empresário exclusivo;
- II) consagração do artista pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Além desses requisitos, é preciso que a contratação observe ainda o disposto no art. 72, também da Lei nº 14.133/2021, que assevera:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS

Procuradoria Geral do Município - PGM

Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos – Núcleo I

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Desse modo, frise-se, apesar de ser inexigível o processo de licitação propriamente dito, a Administração não está totalmente livre para a escolha do contratado, devendo haver um mínimo de formalidade para possibilitar a aferição dos requisitos, os quais devem estar prontamente evidenciados no bojo do processo de inexigibilidade de licitação.

Assim, além de atender os requisitos do art. 74, o procedimento de inexigibilidade de licitação deve ser instruído com os documentos previstos no art. 72, dos quais destacamos a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; a razão da escolha do contratado; a justificativa de preço; e a autorização da autoridade competente.

No mais, nos termos do parágrafo único do art. 72:

“O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.”

Nota-se que a legalidade e a economicidade estão impostas diretamente pelos arts. 72 e 74 da Lei nº 14.133/2021, que exigem a justificativa do preço e a observância dos requisitos autorizativos da hipótese de inexigibilidade.

A contratação do artista, por inexigibilidade, visa prestigiar o caráter personalíssimo do seu trabalho, o que inviabiliza a adoção de critérios objetivos para a realização do certame. No entanto, caso haja pluralidade de empresários, possível é a competição entre eles, impondo-se a prévia licitação.

Sobre a relatividade da análise da consagração do artista, escreve José dos Santos Carvalho Filho:

Entendemos que consagração é fator de extrema relatividade e varia no tempo e no espaço. Pode um artista ser reconhecido, por exemplo,



MUNICÍPIO DE MORRINHOS

Procuradoria Geral do Município - PGM

Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos – Núcleo I

apenas em certos locais, ou por determinado público ou críticos especializados. Nem por isso deverá ele ser alijado de eventual contratação. A nosso sentir, quis o legislador prestigiar a figura do artista e de seu talento pessoal, e, sendo assim, a arte a que se dedica acaba por ter prevalência sobre a consagração.

De fato, não há um conceito padrão sobre o que seria “consagração pela crítica especializada” ou “consagração pela opinião pública”.

Nessas expressões é possível visualizar uma zona de certeza positiva e uma zona de certeza negativa sobre o seu conteúdo. A título de exemplo, há um consenso positivo quanto ao preenchimento do requisito legal dos artistas Chitãozinho & Xororó. Sem sombra de dúvidas, refere-se a uma dupla consagrada nacionalmente.

Por outro lado, haverá um campo de certeza negativa quanto a ausência de consagração em relação ao neófito na carreira, que ainda não realizou um número considerável de eventos.

Sobre o tema, os juristas Benedicto de Tolosa Filho e Luciano Massao Saito, em sua obra denominada “*Manual de Licitações e Contratos Administrativos*”, ensinam que:

A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular.

O artista tem que ser conhecido, mas não precisa, necessariamente ser excepcional.

Com a grande extensão territorial e o regionalismo de cultura existente no Brasil, com o afloramento regionalizado de tradições e de folclore, o conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, isto é, um artista muito popular no norte pode não ser conhecido no sul, sendo, assim, na sua região a licitação é inexigível.

Assim, atendidos os requisitos acima indicados, estará a Administração autorizada a realização da contratação pretendida por meio de inexigibilidade de licitação.

Ao compulsar os autos, é possível verificar que a contratação será realizada por meio de empresa de que o artista é sócio e que possui contrato de exclusividade de representação do artista.

Nota-se, ainda, que o artista é notoriamente consagrado pela opinião pública.

Destaca-se também que o procedimento está devidamente instruído com os documentos exigidos pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, restando tão somente a autorização da autoridade competente para a contratação.

Dando continuidade à análise, faz-se necessário dizer que a contratação deve ser devidamente instrumentalizada em contrato, visto que não se enquadra nas hipóteses de exceção quanto à obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº14.133/2021.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS

Procuradoria Geral do Município - PGM

Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos – Núcleo I

Nessa esteira, o art. 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS

Procuradoria Geral do Município - PGM

Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos – Núcleo I

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas pela Lei nº 14.133/2021, motivo pelo qual a aprovamos.

Ressalte-se também que nos termos do art. 94 da LLC a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos previstos no referido artigo.

Ademais, nos termos do § 2º, por se tratar de contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, a divulgação prevista no art. 94 também deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

Portanto, sobre o pressuposto material, o presente procedimento cumpriu todos os requisitos dispostos na legislação de regência, em concordância com o disposto acima, sendo certo que, sob o aspecto formal, procedimento também está em ordem e obedece às disposições da Lei nº 14.133/2021.

Logo, nos limites da atuação deste parecerista, compulsando os autos do procedimento, verifica-se sua conformidade com os dispositivos legais vigentes e a regularidade material e formal.

Cabe ressaltar que o presente parecer não abrange as questões de ordem questões técnicas, tais como estimativa de preços, natureza ou qualificação, quantidade e qualidade acerca do objeto pretendido, nem questões contábeis, as quais devem ser cheçadas junto ao setor responsável do Órgão.

O mesmo ocorre com as justificativas e informações apresentadas nos autos e as razões de conveniência e oportunidade que envolvem a contratação, que são de responsabilidade exclusiva da Administração, tratando-se, pois, de matéria estranha às atribuições desta Procuradoria Geral do Município - PGM.

Evidencia-se que na aferição do presente procedimento, os documentos apresentados foram considerados sob seus aspectos da veracidade ideológica presumida.

Por outro lado, urge esclarecer, porque de notória relevância, que a veracidade de todas as informações e documentação apresentadas são de inteira responsabilidade dos contratantes.

Neste passo, convém chamar a atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil, pecuniária e penal, em caso de malversação de verba pública, decorrentes de improbidade administrativa, a partir da Lei nº 8.429/92, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei nº 10.028/2000, que criou novos



MUNICÍPIO DE MORRINHOS

Procuradoria Geral do Município - PGM

Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos – Núcleo I

tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tornar mais efetivos os princípios constitucionais de Administração Pública (art. 37/CF).

Abre-se adendo quanto à documentação constante nos autos, a qual se encontra plenamente compatível com os requisitos elencados no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, estando todos devidamente presentes no processo.

Registra-se que, nesta fase procedimental, ainda não constam nos autos o presente parecer jurídico e a comprovação da publicação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, documentos estes que não foram juntados em razão do estágio em que o processo se encontra, devendo ser anexados oportunamente nas fases subsequentes.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opinamos pela POSSIBILIDADE de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de show com o artista NAIARA AZEVEDO, por meio da empresa NAIARA XV PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 43.793.950/0001-23, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

É o parecer.

Morrinhos/GO, datado e assinado eletronicamente.



Documento assinado digitalmente

EMERSON MARTINS CARDOSO

Data: 27/01/2026 16:38:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EMERSON MARTINS CARDOSO

Procurador do Município

OAB/GO 19.705